

O Sentido da Política para Hannah Arendt

Edson Luis de Almeida Teles (Bolsista FAPESP – DF/USP/SP)

Orientador: Renato Janine Ribeiro

O presente estudo está direcionado para a reflexão acerca dos textos de filosofia política contemporânea e, em especial, para a obra de Hannah Arendt. A autora procura desenvolver uma caracterização do espaço público em que a atividade política realce a liberdade e a espontaneidade humanas. Para se fazer uma recuperação dessas características, parte-se das reflexões da autora sobre o fenômeno totalitário, paradigma de seus textos. A partir de sua própria experiência com o nazismo e com o horror da 2ª Guerra Mundial, Hannah Arendt observa que o totalitarismo isola e desenraíza o homem de seu espaço de diálogo com os outros, destruindo sua capacidade política de agir. A experiência que marca seu ponto de vista baseia-se em uma situação na qual os homens e suas vidas passam a se caracterizar por existências privatizadas impostas pela violência — traço marcante do totalitarismo — em detrimento da palavra e da ação, impedindo o exercício da liberdade. Ora, a fala e o agir conjuntos caracterizam-se pelo diálogo plural que requer um espaço público, tal como concebiam os gregos ao se referirem a *polis*. O século XX, segundo a autora, põe a nu a fragilidade inerente à própria condição humana, que na modernidade atinge maiores proporções graças a falta de garantias antes oferecidas pela religião e pela tradição. O passado perde sua autoridade entre os homens que deixam de se confortar com a confiança da crença religiosa em um começo sagrado e com a proteção da conduta tradicional.

Em sua obra *Origens do Totalitarismo*, já se evidencia, pela descrição do fenômeno totalitário — estado máximo de deformação da natureza humana —, um vazio entre o passado e o futuro. A ocorrência desse fenômeno demonstra a quebra dos padrões morais e das categorias políticas definidas pela continuidade da tradição ocidental, o que implicou na perda da sabedoria política e da capacidade de discernimento das questões relevantes diante da crise da contemporaneidade. Também a teoria deixou de ser, como o era tradicionalmente, um sistema de verdades, para se transformar em hipóteses que se modificam de acordo com a realidade e cuja validade se verifica não por uma proposição universal evidente, mas pela possibilidade de funcionamento.

Se, por um lado, os critérios de convivência foram aniquilados passa-se, por outro, a depender da contingência da vida humana e da capacidade dos homens de construir, a partir dessa convivência esfacelada, critérios e referências que validem o estabelecimento de um senso comum. Dentre as capacidades sociais do homem está a faculdade de agir, permitindo que cada um se comunique com os outros realizando a experiência da pluralidade humana, a partir da qual se estabelece o julgamento e a opinião.

O rompimento com a tradição, um dos pontos elementares no pensamento de Hannah Arendt, é entendido pela explicação da fragilidade humana em um mundo no qual as pessoas não vivem a liberdade pública e que é composto por espaços privatizados de socialização, simulacros do que deveria ser o espaço público. Essas são características constitutivas da modernidade que corroboram a necessidade arendtiana de se obter os critérios de discernimento para a boa convivência entre os homens.

A obra de Hannah Arendt não foi construída de forma sistemática, o que por vezes

torna difícil a localização, em seus textos, dos elementos que se procuram, criando uma certa confusão quanto aos registros que constituem sua reflexão. A referência ao totalitarismo não é um mero recurso de argumentação. O fenômeno totalitário faz parte da experiência pessoal da autora e seu uso paradigmático enfatiza a idéia de que o pensamento é fruto da experimentação do mundo em que se vive.

A crítica ao fenômeno totalitário indica dois registros constituintes da visão da autora sobre o espaço público. Por um lado, a sociedade contemporânea é caracterizada pela constituição de uma comunidade despolitizada, com indiferença pela coisa pública, egoísta e competitiva. O aniquilamento do espaço público significa a perda de um espaço de relação entre os homens e também a dissolução do senso comum. A enorme massa de pessoas que se deixou seduzir ou ser manipulada pelo totalitarismo é o exemplo histórico desse aniquilamento. Por outro lado, a perda do espaço público indica uma privação em relação ao uso da palavra e da ação que a cada um compete na construção de uma vida em comum. Também aqui temos uma figura histórica: são os que morreram ou sofreram com a opressão dos regimes totalitários. A existência de uma ação livre exige um espaço político organizado. O espaço público é o lugar da pluralidade e do aparecimento, pois é somente com essa visibilidade do indivíduo que se realiza a ação dialógica.

A pluralidade e a visibilidade do indivíduo na ação política são características marcantes do espaço público no pensamento de Hannah Arendt. O que constitui esse mundo, habitado pelos homens, é a realidade construída pelos indivíduos por meio da ação. Para Arendt a verdade extraída das opiniões só pode se manifestar quando as coisas são vistas por muitas pessoas, em uma grande variedade de aspectos, sem mudar nem esconder sua identidade, convivendo na maior diversidade possível. Devido a isto, a visão política da autora não permite a existência de uma verdade transcendente ou especulativa, portadora de uma universalidade que obstrui o aparecimento e a visibilidade da diversidade humana.

Quanto maior for a pluralidade maior será a certeza e, portanto, maior será a tendência à obtenção de um senso comum. Segundo Arendt o senso comum é o único fator que ajusta os nossos cinco sentidos à realidade global, quase transformando-se em um sexto sentido. O senso comum permite a leitura das outras opiniões dentro dos aspectos da atividade política, mas seu declínio acarreta superstição e credulidade, “sinais inconfundíveis de alienação em relação ao mundo”¹ Portanto, somente com o espaço público preenchido pela pluralidade da existência humana é que se pode garantir uma ação comunitária que ultrapasse a vida pessoal de cada indivíduo. Nesse espaço da política toda verdade expressa em público passa, imediatamente, a ser uma opinião dentre tantas outras, podendo ser aceita, contestada, reformulada ou reduzida, transformando-se em objeto de diálogo com os outros.

Não se trata, no entanto, de um diálogo genérico. O que se discute no espaço público não deve ser somente o que se tem de comum, mas tudo aquilo que é comunicável, compreensível pela pluralidade presente nesse espaço, de tal forma que se excluam somente aqueles assuntos de caráter pessoal ou familiar. O comunicável pode ser entendido pelas opiniões que contribuam para estabelecer critérios relevantes ao discernimento dos aspectos que permitam caracterizar o senso comum, de forma que o espaço público só possa ser constituído por aqueles que têm a capacidade de julgamento (senso comum).

Com o totalitarismo e a perda do espaço público, perde-se essa relação objetiva entre os homens através da qual esses podiam ter uma experiência significativa da sociedade. Sem esse critério de objetividade, o pensamento poderá redundar em “truísmos e tautologias” sem correspondência com a realidade, levando-nos à “banalidade do mal”. Ao guiarem-se pela subjetividade os homens tendem a priorizar seus interesses particulares e privados. Os limites entre a vida privada e a vida pública se desfizeram no mundo contemporâneo, levando os homens a usarem de sua subjetividade, enquanto indivíduo isolado, como medida daquilo que existe, emitindo opiniões e julgamentos deturpados, desprovidos de responsabilidade com o mundo. Com esses critérios, sem bases reais para o deslocamento e interação do homem na coisa pública, a sua imposição deverá ser por meio da violência.

Não é só a pluralidade e a visibilidade que caracterizam o espaço público. Outra característica definidora desse espaço é o fato de ele ser construído pela ação e pela palavra. É mediante a ação que se pode confirmar a singularidade de um homem, necessitando do testemunho do outro para que produza efeitos. Iguamente à ação, concorre em importância a palavra que, enquanto forma de comunicação, possibilita que os fatos e eventos produzidos pela ação do homem sejam narrados, registrados e transmitidos, constituindo, assim, uma história comum. O uso da palavra propiciará o surgimento de uma tradição que não é simples continuidade do passado, mas a criação de uma noção de durabilidade que transcende a vida pessoal de cada um. A dissolução do espaço público impossibilita o estabelecimento de uma tradição, sem a qual o homem perde suas referências para pensar os acontecimentos e fatos do mundo. Se, por um lado, a ação é fundamental para o estabelecimento das relações entre os homens, por outro, a sua realização só pode ser garantida pela palavra e pelo diálogo, que revela a todos as questões de caráter público.

A perda de um mundo compartilhado de significações, provocado pelo advento do fenômeno totalitário, redundando na experimentação da impotência. A manifestação da ação e da palavra enquanto poder político, quando se torna impotente, indica a incapacidade de elaboração de uma história comum, o que equivale à perda da própria noção de liberdade, submetendo cada homem aos automatismos da vida cotidiana. A experiência contemporânea do mundo aniquilou a liberdade enquanto capacidade de interromper os automatismos dos processos vitais. Já não se percebe a diferença objetiva entre ser forçado pela necessidade cotidiana e ser livre. Se for examinada somente do ponto de vista doméstico e pessoal, a liberdade pública deixa de ser diferenciada da tirania política, pois para a segurança privada, para os assuntos de cunho familiar, essa diferença não tem importância. “O campo em que a liberdade sempre foi conhecida” diz Hannah Arendt, “é o âmbito da política”² Daí que a liberdade irá exigir, para sua efetivação, um espaço politicamente organizado, para lá se manifestar com visibilidade.

Portanto, não se pode dizer que a política surge *no* homem. Arendt aponta o surgimento da política *entre* os homens e esse espaço de origem e desenvolvimento da política só pode ser colocado em prática com a garantia da ação livre. De modo diverso da concepção moderna, a idéia de política de Arendt, nascida da lembrança da antiga *polis* grega, é vinculada às idéias de liberdade e de espontaneidade humanas, devendo existir um espaço público para o desenvolvimento das relações entre os homens. Essas idéias indicam que a liberdade deve vir espontaneamente acom-

panhada da lembrança e da memória dos momentos nos quais a humanidade agiu livremente. Para Hannah Arendt, a despeito dos regimes totalitários do século XX e da situação em que se encontra a coisa pública, acredita que um novo começo é possível. A liberdade está para ela contida na possibilidade do homem de (re)começar. A crença em um mundo livre e espontâneo é uma postura filosófica e prática que norteia não somente as reflexões arendtianas, mas também as reflexões deste estudo. O percurso da experimentação do mundo contemporâneo para a definição temática desta pesquisa justifica-se em uma enunciação, como cidadão, que indicia nas preocupações de Arendt, igualmente, uma experiência de seu tempo.

À filosofia estendemos, necessariamente, o estudo do *êthos*, das ações e das paixões humanas, inseridos, ou talvez, extravasados pelo tema. O pensador político não quer somente refletir sobre seu tempo e sua sociedade, ele quer produzir efeitos. Sem dúvida, o mérito da crítica de Hannah Arendt está em nos fornecer critérios para caracterizar e promover a coisa democrática. O diálogo propiciado pela ação livre do homem visa a um cidadão ativo no exercício de sua cidadania e a uma política que dê sentido às relações entre os homens.

NOTAS

1. Hannah Arendt. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997 p 211.
2. Hannah Arendt. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, 1997. p. 191.